

CUIABÁ, 17 DE AGOSTO DE 2020

1. NOVIDADES LEGISLATIVAS

Projeto visa acelerar medidas que cessem crime de racismo em meios de comunicação

O Projeto de Lei 4147/20 autoriza a autoridade policial a representar diretamente ao juiz para adoção de medidas que cessem o crime de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional praticado por intermédio de meios de comunicação social ou publicações de qualquer natureza. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 4147/20](#)

Causar acidente de trânsito embriagado renderá prisão em flagrante, prevê projeto

O atual Código de Trânsito Brasileiro (CTB) é contraditório e "muito brando" contra motoristas bêbados ou drogados que causam acidentes com vítimas. A afirmação é do senador Fabiano Contarato (Rede-ES), que apresentou um projeto para incluir no CTB a determinação para que o condutor embriagado que se envolver em acidente seja preso em flagrante e depois arque com eventual fiança. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 3995/20](#)

Propostas estabelecem penas mais duras para tráfico internacional de animais

Projetos preveem mudança na legislação ambiental para punir com mais rigor o tráfico internacional de animais. A entrada não autorizada de bichos no país pode ser de até três anos de prisão e multa. E essa penalidade pode dobrar, no caso de espécimes venenosas ou que causem risco à vida humana ou para infratores reincidentes. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 4043/20](#)

Senadores querem sustar portaria que aumenta limite para compra de munição

Portaria editada em abril pelos ministérios da Defesa e da Justiça e Segurança Pública aumentou para 550 o número de munições que podem ser adquiridas mensalmente por quem tem posse ou porte de arma. A nova autorização do governo não agradou à oposição e ainda reacendeu no Senado o debate sobre a situação dos caçadores, atiradores e colecionadores. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PDL 198/20](#)

Projeto amplia casos de crimes de denúncia caluniosa

O Senado analisa nos próximos dias projeto (PL 2.810/2020) que altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940) para detalhar o crime cometido por quem faz denúncias falsas contra pessoas sabidamente inocentes, a chamada denúncia caluniosa, punindo também as acusações falsas de infrações disciplinares. O projeto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 2818/20](#)

Estelionato praticado por meio eletrônico poderá receber punição maior

O Senado vai analisar proposta que estabelece novos tipos de estelionato majorado, com aumento em um terço da pena de prisão para quem cometer o crime utilizando meio eletrônico, ou quando for praticado por funcionário público. A atual legislação prevê pena de um a cinco anos, e o aumento pode chegar a até um ano e oito meses. Um substitutivo do deputado Eli Borges (Solidariedade - TO) ao Projeto de Lei (PL) 2.068/2020, de autoria do deputado Marcos Aurélio Sampaio (MDB-PI), foi aprovado na quarta-feira (5) pela Câmara dos Deputados. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 2068/20](#)

Falsidade ideológica para receber auxílios durante pandemia pode ter pena aumentada

Foi apresentado no Senado projeto de lei que triplica a pena de multa prevista para o crime de falsidade ideológica praticado para o recebimento de auxílios durante estado de calamidade pública. O PL 3.709/2020 foi apresentado pelo senador Marcos do Val (Podemos-ES). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 3709/20](#)

2. MATERIAL DE APOIO

Com o intuito de auxiliar as atividades ministeriais, informamos que se encontram disponibilizados no nosso Banco de Peças materiais de apoio com modelos de peças, notas técnicas, estudos, cartilhas e entre outros.

Acesse o **Banco de Peças** clicando [aqui](#).

3. JURISPRUDÊNCIAS DO STF E STJ

STF

Suspensa prisão preventiva decretada sem requerimento do MP e da autoridade policial

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida liminar no Habeas Corpus (HC) 186421 para suspender a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, decretada de ofício, de um acusado de tráfico de drogas. Segundo o decano, a decisão do juízo da primeira instância não foi precedida do necessário e prévio requerimento do Ministério Público (MP), dirigido ao magistrado, ou, ainda, de representação formal da autoridade policial. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

STF mantém proibição de operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro

O Supremo Tribunal Federal referendou a decisão liminar que proibiu operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro durante a epidemia da Covid-19, sob pena de responsabilização civil e criminal. O placar foi de 9 a 2, com a maioria dos ministros acompanhando voto do relator, ministro Luiz Edson Fachin. Na liminar de junho, o ministro determinou que, enquanto a pandemia perdurar, as operações policiais nas comunidades do Rio só podem ser feitas em situações excepcionais,

que deverão ser justificadas por escrito e comunicadas imediatamente ao Ministério Público do Rio de Janeiro. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Clique [aqui](#) para ler o voto do relator

Clique [aqui](#) para ler o voto do ministro Alexandre de Moraes

Gilmar Mendes suspende efeitos de veto sobre uso de máscaras em unidades prisionais

O ministro **Gilmar Mendes**, do STF, concedeu parcialmente liminar nas ADPFs 714, 715 e 718 em que partidos de oposição (PDT, Rede Sustentabilidade e PT) contestam os vetos do presidente da República, Jair Bolsonaro, ao projeto de lei que exige o uso de máscara de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Suspensão condenação penal de réu que não foi intimado pessoalmente da decisão

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu medida liminar no Habeas Corpus (HC) 185051 para suspender a eficácia da condenação penal imposta a um acusado de peculato que não foi intimado pessoalmente da decisão que o condenou. Segundo o decano, foi prejudicado, no caso, o exercício das prerrogativas inerentes ao direito de recorrer. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Presidente do STF concede prisão humanitária requerida pela DPU para presa em grupo de risco da Covid-19

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, concedeu prisão domiciliar humanitária para uma pessoa portadora de HIV, diabética e hipertensa, de 66 anos, presa em Criciúma (SC). O ministro considerou o risco real de contaminação e possível agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio do novo coronavírus, podendo resultar em óbito. A decisão segue a Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que aconselha “aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus”. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Celso divulga voto de julgamento que anulou prova ilícita de busca e apreensão

O ministro Celso de Mello divulgou o voto que proferiu no julgamento de Habeas Corpus em que a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, declarou ilegal diligência realizada em local diverso do especificado no mandado judicial. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Clique [aqui](#) para ler o voto do ministro Celso de Mello

Ministro Dias Toffoli defere liminar a condenado por furtar dois frascos de xampu

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, determinou que a prisão preventiva imposta a um homem condenado por furtar dois frascos de xampu seja substituída por outras medidas cautelares. Segundo o ministro, embora a ordem de prisão tenha fundamentação idônea, no momento em que os dados do Estado de São Paulo sobre a pandemia da Covid-19 chamam a atenção, a imposição das medidas cautelares previstas no Código de Processo Penal

(CPP), a serem determinadas pelo juízo da execução, é suficiente para conter o perigo de reiteração delitiva. A liminar foi deferida no Habeas Corpus (HC) 188467. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Toffoli nega soltar 3 mil presos idosos em SP; pedido em razão da pandemia foi feito pela Defensoria

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, negou um habeas corpus coletivo em que a Defensoria Pública de São Paulo pede a soltura de 3.089 presos idosos devido ao risco de contaminação pelo novo coronavírus. Segundo Toffoli, não houve demonstração, “de forma individualizada e fundamentada”, de quais juízos não estão observando a recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de conceder prisão domiciliar a grupos de risco de Covid-19. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Gilmar Mendes desconsidera antecedentes extintos há mais de cinco anos e reduz pena de acusada de tráfico

O ministro do STF, **Gilmar Mendes**, concedeu parcialmente HC para determinar ao juízo de origem que seja refeita a dosimetria de pena aplicada a acusada de tráfico, com a desconsideração da valoração negativa das condenações anteriores. O ministro ainda determinou que fosse aplicado redutor. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

1ª Turma rejeita HC de acusado de matar advogado por dívida de criptomoeda

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou o Habeas Corpus (HC) 180363, impetrado em favor de D.A.P., acusado por homicídio qualificado em razão de dívida da criptomoeda Bitcoin. Na sessão desta terça-feira (4), a maioria dos ministros aplicou a jurisprudência da Turma, baseada na Súmula 691 do STF, pois o HC foi impetrado contra indeferimento monocrático de liminar no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Ministro Gilmar suspende prisão temporária de presos na operação Dardanários

O ministro **Gilmar Mendes**, do STF, concedeu neste sábado, 8, liminar estendendo decisão dada em favor de Alexandre Baldy, secretário dos Transportes de SP, a outros presos na operação Dardanários. Entre eles, seu primo, Rodrigo Sérgio Dias. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Ministro Dias Toffoli concede prisão domiciliar humanitária a Geddel Vieira Lima

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, deferiu pedido de prisão domiciliar humanitária ao ex-deputado federal Geddel Vieira Lima, que cumpre pena na Bahia após ter sido condenado pela Segunda Turma do STF pelos crimes de lavagem de dinheiro e associação criminosa. A decisão foi fundamentada em laudo médico fornecido pela Secretaria de Administração Penitenciária da Bahia que indica que o quadro de saúde de Geddel apresenta risco real de morte. Ele deverá usar tornozeleira eletrônica até que o relator do caso, ministro Edson Fachin, reexamine a questão após as férias coletivas dos ministros. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Fachin esclarece negativa de domiciliar a Nelson Meurer e diz que prisão não tinha casos de covid-19

Após a morte do ex-deputado Nelson Meurer, vítima da covid-19, o ministro Edson Fachin emitiu nota esclarecendo os motivos que o levaram a negar a prisão domiciliar ao ex-parlamentar. Fachin afirmou que em sua decisão monocrática, não desconsiderou o fato de Nelson Meurer estar no grupo de vulnerabilidade. No entanto, disse que se pautou na realidade apresentada pelo juízo corregedor da penitenciária que o ex-parlamentar se encontrava: não havia ocupação superior à capacidade e existia uma equipe de saúde lotada no estabelecimento. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Veja a [íntegra](#) da nota de esclarecimento.

STJ

Suspensão de trabalho externo durante a pandemia não dá direito à troca do semiaberto por prisão domiciliar

A suspensão temporária do trabalho externo no regime semiaberto em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19) atende à Recomendação 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cujas diretrizes não implicam automática substituição da prisão decorrente da sentença condenatória pela domiciliar. Leia a notícia completa com a ementa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

STJ define novos contornos para o crime de estupro

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que, nos crimes de estupro ou de atentado violento ao pudor praticados com violência presumida, não incide a regra da continuidade delitiva específica (art. 71, parágrafo único, do CP), que condiciona a sua incidência às situações de emprego de violência real. Leia a notícia completa com a ementa clicando [aqui](#).

Variedade de droga pode aumentar pena-base e afastar tráfico privilegiado, diz STJ

A consideração da quantidade, natureza e variedade de entorpecente apreendido para aumentar a pena-base e, concomitantemente, afastar a aplicação do redutor do chamado "tráfico privilegiado" não configura indevida dupla valoração. O que não se pode fazer, seguindo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é usar o quesito para valorar a fração de incidência do redutor. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Majorante por tráfico entre estados não depende de fronteiras cruzadas, diz STJ

O aumento da pena por tráfico interestadual não depende de um dos réus ter cruzado fronteiras estaduais durante o crime. Isso porque consiste em circunstância de caráter objetivo que se comunica a todos os autores do delito, nos termos do artigo 30 do Código Penal. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

STJ estabelece novas diretrizes para representação no crime de estelionato

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a retroatividade da representação no crime de estelionato não alcança aqueles processos cuja denúncia já foi oferecida. A decisão (HC 573.093-SC) teve como relator o ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**. Leia a notícia completa com as teses clicando [aqui](#).

São inválidas provas obtidas por guarda municipal em investigação deflagrada por denúncia anônima

Por unanimidade, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que são inválidas as provas obtidas pela guarda municipal em atividade investigativa, iniciada após denúncia anônima, que extrapola a situação de flagrante. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Cumprimento de pena imposta em outro processo impede o curso da prescrição executória

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou entendimento de que o cumprimento de pena imposta em outro processo – ainda que em regime aberto ou em prisão domiciliar – impede o curso da prescrição executória, nos termos do artigo 116 do Código Penal. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Flexibilização de prisão na pandemia exige análise da situação individual, diz presidente do STJ ao negar HC coletivo

A falta de informações individualizadas sobre o quadro de saúde dos presos levou o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, a indeferir pedido de liminar para flexibilizar as condições de prisão de todos os detentos em caráter provisório que se enquadrassem no chamado grupo de risco da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Ministro Noronha concede prisão domiciliar a gestante e mãe de criança de dois anos

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, deferiu pedido de liminar em favor de ré gestante e mãe de criança de dois anos de idade, com base no artigo 318-A do Código de Processo Penal (CPP). O ministro também levou em consideração a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no HC 143.641, que concedeu prisão domiciliar a todas as mães com crianças de até 12 anos sob seus cuidados. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

STJ concede prisão domiciliar a acusado de tráfico de drogas em tratamento contra câncer

Com base na Recomendação 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, concedeu prisão domiciliar a um homem portador de linfoma não Hodgkin abdominal. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Ministro Sebastião afasta prisão preventiva de paciente primário e com bons antecedentes

O ministro Sebastião Reis Jr., do STJ, concedeu liminar contra decisão paulista que decretou prisão preventiva de homem acusado de tráfico de entorpecentes. Na avaliação de S. Exa., a instância de origem não apontou qualquer elemento contundente a respeito da necessidade da segregação cautelar. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

STJ define novas diretrizes para declaração de extinção de punibilidade

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que a declaração de extinção de punibilidade, concedida após a expiração do prazo do sursis, nos casos de crimes praticados contra o meio ambiente, dependerá de laudo de constatação de reparação do dano ambiental. A decisão (AgRg no AREsp 1610986/SP) teve como relator o ministro Sebastião Reis Júnior: Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Coronavírus não justifica progressão antecipada para presos do semiaberto em Florianópolis

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Reynaldo Soares da Fonseca não conheceu de um habeas corpus da Defensoria Pública (DP) de Santa Catarina que pedia a antecipação da concessão do regime aberto a presos de Florianópolis que estejam cumprindo pena no semiaberto, como forma de protegê-los do novo coronavírus (Covid-19). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

4. CONSELHOS NACIONAIS

CNMP

Projeto “Sistema Prisional em Números” mostra taxa de ocupação de 161% nos presídios brasileiros

A taxa de ocupação dos presídios brasileiros é de 161,61%, considerado o total de 1.401 estabelecimentos penais no País. Na região Centro-Oeste, por exemplo, os presídios recebem quase duas vezes mais do que podem suportar. Os dados, relativos aos meses de setembro, outubro e novembro de 2019, fazem parte do projeto “Sistema Prisional em Números”, que, de forma interativa e dinâmica, disponibiliza as informações compiladas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) a partir de visitas realizadas a unidades carcerárias pelos membros do MP, em atenção à Resolução CNMP nº 56/2010. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

CNMP divulga dados referentes ao sistema prisional militar e aos institutos de perícia criminal e de medicina legal

A Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público (CSP/CNMP) divulgou, nesta sexta-feira, 7 de agosto, dados relativos aos meses de setembro, outubro e novembro de 2019 do projeto “Sistema Prisional Militar em Números”. Além disso, tornou público os números referentes ao primeiro semestre do ano passado do projeto “Controle Externo da Atividade Policial em Números – Órgãos de Perícia Técnica”. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Unidade Nacional de Capacitação do MP recebe, até 28 de agosto, artigos a serem publicados no livro Pacote Anticrime

A Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público (UNCMP) e a Escola Superior do Ministério Público do Estado do Paraná recebem, até o dia 28 de agosto, artigos a serem publicados no livro Pacote Anticrime. A obra visa a identificar os primeiros reflexos e implicações práticas da Lei nº 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime, bem como analisar os possíveis impactos e dificultadores gerados pela norma na atuação do Ministério Público brasileiro. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Palestra aborda as mudanças no arquivamento com a alteração do Artigo 28 do CPP

As mudanças estabelecidas para o Artigo 28 do Código de Processo Penal (CPP) brasileiro, que está com sua validade suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal, foram abordadas pelo professor de Direito e promotor de Justiça Militar Renato Brasileiro, na segunda edição do programa “Em Pauta”, realizado pela Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, vinculado ao Conselho Nacional do Ministério Público. As mudanças são decorrentes da aprovação da Lei nº 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

CNMP promove evento com debates em alusão ao Dia Mundial e Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) realizou o evento virtual “Tráfico de pessoas: abordagem social e legal”, nessa quinta-feira, 30 de julho, em alusão ao Dia Mundial e Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. O Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas do CNMP (Conatetrap), em parceria com o Comitê Nacional Judicial de Enfrentamento à Exploração do Trabalho em Condições Análogas ao de Escravo e de Tráfico de Pessoas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi responsável pelo evento. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

CNJ

Extinção de serviço de apoio a presos com transtornos mentais é revertida

O Conselho Nacional de Justiça regulamentou as audiências e atos processuais por videoconferência, em processos penais e de execução penal, durante a pandemia do novo coronavírus. A Resolução 329/2020 foi assinada na última sexta-feira (31/7) pelo ministro Dias Toffoli, presidente do órgão e do Supremo Tribunal Federal. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

CNJ regulamenta audiências por videoconferência durante a epidemia

Desburocratizar e tornar mais célere os atos da Justiça nas áreas criminal e infracional são diretrizes que orientam os trabalhos da Comissão Permanente de Justiça Criminal, Infracional e de Segurança Pública do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os temas da comissão, complexos em sua origem, se tornaram mais desafiadores após a pandemia da Covid-19 e as suas consequências no sistema prisional e no socioeducativo. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Casos de Covid-19 no sistema prisional crescem 82% em um mês

O número de infectados por coronavírus em unidades do sistema prisional brasileiro registrou um aumento de 82,3% nos últimos 30 dias, chegando a 19.683 casos, além de 150 óbitos. O acompanhamento é uma iniciativa do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ) e é o único em escala nacional que traz dados sobre contágios e óbitos também entre

servidores e sobre a situação da pandemia no sistema socioeducativo, que chegou a 2.776 casos nesta semana – crescimento de 54,8% ao longo do período. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

CNJ Especial Coronavírus discute impacto da pandemia no sistema prisional

Desde o início da pandemia do novo coronavírus, o impacto no sistema prisional e socioeducativo é uma das grandes preocupações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os dados mais recentes divulgados pelo CNJ apontam quase 14 mil casos confirmados de Covid-19 entre servidores, pessoas presas e adolescentes em privação de liberdade, com a ocorrência de 141 óbitos. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Casos de Covid-19 no sistema prisional aumentam quase 100% em 30 dias

Os estabelecimentos prisionais brasileiros registraram um crescimento de 99,3% nos casos de contaminação pelo novo coronavírus nos últimos 30 dias, contabilizando 13.778 ocorrências. O acompanhamento é uma iniciativa do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ) e é o único em escala nacional que traz dados sobre contágios e óbitos também de servidores e sobre a situação da pandemia no sistema socioeducativo, que chegou a 2.356 casos nesta semana – crescimento de 80,2% ao longo do período. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Tribunais voltam a discutir ações contra Covid-19 em privação de liberdade

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou na última semana a segunda série de reuniões on-line de alinhamento do trabalho frente à Covid-19 realizado pelos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMFs) dos tribunais estaduais de Justiça e tribunais regionais federais. A série de reuniões, com a participação de cerca de 250 pessoas em todo o país, teve como objetivo engajar os representantes das cortes na adoção de providências a partir de dados produzidos pelo CNJ, fortalecendo a atuação conjunta no combate à Covid-19 nos sistemas de privação de liberdade. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Integração do PJe com sistemas de execução penal é destaque nesta sexta-feira (14/8)

Uma das facilidades que o Processo Judicial Eletrônico (PJe) oferece é a interação com outros sistemas, como o Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU) e o Banco Nacional de Monitoramento de Presos (BNMP 2.0), dois sistemas que dão suporte tecnológico aos processos de execução penal. Este é o tema do Programa de Formação para Automação Avançada no PJe nesta sexta-feira (14/8), às 14h30. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

5. ATUAÇÕES DO MPMT

Ministério Público requer à PGR ação de inconstitucionalidade

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso entrou com uma representação junto à Procuradoria-Geral da República postulando ao procurador-geral da República, Augusto Aras, que promova uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal (STF) contra o artigo 7º do Decreto nº 9.846, de 25 de junho de 2019, do presidente Jair Bolsonaro, que libera e disciplina a autorização para que menores de 14 a 18 anos de idade possam praticar tiro esportivo. A ADI questiona, principalmente, o fato do decreto presidencial possibilitar que a

autorização para tal prática ocorra sem a necessidade de autorização judicial, como previam decretos anteriores do próprio presidente, mas apenas pelos pais ou responsáveis, ou então, na falta de um dos dois, por apenas um deles. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Jauru negocia transações penais em audiências extrajudiciais

A Promotoria de Justiça de Jauru (a 425km de Cuiabá) promoveu sete audiências extrajudiciais de negociação de transação penal, na tarde de quarta-feira (22), com pessoas físicas e jurídicas investigadas por descumprimento de medidas de combate à pandemia da Covid-19 ordenadas pelos órgãos de saúde e vigilância epidemiológica. A iniciativa resultou em acordos no valor aproximado de R\$ 5 mil. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

NACO E GAECO realizam buscas no município de Rondolândia

O Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (GAECO/MT) cumpriu na manhã desta quinta-feira (30) mandados de busca e apreensão expedidos em face do prefeito de Rondolândia/MT, Agnaldo Rodrigues de Carvalho, da ex-secretária de Saúde, Kátia Monteiro, do empresário Nélio de Matos Junior e da empresa F. M. da S. Matos – ME. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJ nega recurso e obriga Estado a implementar serviços de criminalística

Por unanimidade, a Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo do Tribunal de Justiça manteve a sentença que estabelece ao Estado de Mato Grosso a obrigação de implementar os serviços de criminalística na comarca de São José do Rio Claro, distante 298 Km de Cuiabá. Em outro recurso, julgado em junho deste ano, o TJ também proferiu decisão parecida, obrigando o Estado a disponibilizar peritos, médicos legistas e criminais para atender a demanda do município de Juara. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Impactos da Lei de Abuso de Autoridade não são claros, diz promotora

Sete meses após a sua promulgação a Nova Lei de Abuso de Autoridade (Nº 13.869) continua sendo alvo de críticas, debates e ações. A polêmica em torno da norma, sancionada pelo governo federal, foi tema de uma Live realizada nesta terça-feira (11), pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso em parceria com o Sindicato de Jornalistas (Sindjor), por meio da rede social Instagram. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

6. ATUAÇÕES DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

MPAC

MPAC requisita monitoramento eletrônico para goleiro Bruno Fernandes

O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), por intermédio da 4ª Promotoria Criminal, que atua perante a Vara de Execuções Penais da Comarca de Rio Branco, pediu que o goleiro Bruno Fernandes passe a usar tornozeleira eletrônica. Reeducando do regime semiaberto pelo homicídio de Eliza Samúdio, ele foi contratado pelo Rio Branco na semana passada. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPPI

Covid-19: MPPI recomenda às Secretarias de Segurança e Saúde sobre cuidados com os profissionais de segurança pública

O Ministério Público do Piauí, por meio do Grupo Regional de Promotorias Integradas no Acompanhamento à Covid-19 de Teresina (Eixo temático Segurança Pública e Sistema Prisional), em conjunto com o Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (GACEP) e a 56ª promotoria de Justiça expediu recomendação aos Secretários de Segurança Pública e de Saúde do Estado do Piauí para que adotem providências sobre cuidados com os profissionais de segurança pública em relação ao contágio do Novo Coronavírus. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPDFT

Dia dos Pais: MPDFT propõe mutirão de visitas virtuais a pais presos

Em homenagem ao Dia dos Pais, celebrado neste domingo, 9 de agosto, a Vara de Execuções Penais atendeu pedido do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e autorizou mutirão nas unidades prisionais do DF para que os pais privados de liberdade possam enviar mensagens a seus filhos. O mutirão será realizado por duas semanas, a contar desta segunda-feira, 10 de agosto. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPAM

MPAM apura providências do Estado para criação da unidade anticorrupção da Polícia Civil

O Ministério Público do Amazonas (MPAM), por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, abriu Procedimento Administrativo (PA) para apurar as providências já adotadas, ou em andamento, pelo Estado do Amazonas para a criação efetiva de unidade da Polícia Civil destinada, exclusivamente, ao combate à corrupção. O prazo para a criação da unidade termina no dia 14 de agosto, determinado pelo Ministério da Justiça, com a Portaria Nº 631, de julho de 2019, que dispõe sobre os critérios de rateio dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública aos Estados e ao Distrito Federal. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPTO

MPTO institui Núcleo de Apoio aos Acordos de Não Persecução Penal

Foi publicado no Diário Oficial do Ministério Público do Tocantins (MPTO) do último dia 04 o ato da Procuradora-Geral de Justiça, Maria Cotinha Bezerra Pereira, que institui o Núcleo de Apoio aos Acordos de Não Persecução Penal (NUANPP) no âmbito do Ministério Público do Tocantins. O Acordo de Não Persecução Penal é um instituto de direito negocial, recentemente incluído no Código de Processo Penal, em decorrência da vigência da Lei n. 13.962/2019, chamada de Pacote Anticrime. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPBA

Coronavírus: Justiça atende MP e determina que SEAP complemente o Plano de Contingência das unidades prisionais do Estado

A Justiça determinou, em decisão proferida no dia 30 de julho, que o estado da Bahia complemente, no prazo de 30 dias, o Plano de Contingência da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap), especificando local, administrado pela Secretaria, para transferência imediata de presos sintomáticos ou diagnosticados com coronavírus, custodiados nas carceragens policiais de todo o Estado da Bahia. A decisão liminar atende pedido formulado no agravo de instrumento interposto no dia 29 de julho, por meio do Grupo Especial de Atuação para o Controle Externo da Atividade Policial (Gacep), após a Justiça negar pedido liminar em ação civil pública, ajuizada no dia 24. Assinaram o agravo o Coordenador do Gacep, Promotor de Justiça Roberto Gomes, e os promotores de Justiça Marcelo Aguiar, Adriana Imbassahy, Maria Isabel Vilela e Lucélia Lopes. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPGO

Coronavírus: Transações penais feitas pelo MP em Vianópolis resultam em doações para famílias Recurso do MP-GO no STJ é acolhido para autorizar produção antecipada de prova testemunhal

Recurso do Ministério Público de Goiás (MP-GO) foi conhecido e provido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), autorizando a produção antecipada das provas testemunhais em processo penal, requerida pela promotora de Justiça Tarsila Costa Guimarães, da Procuradoria Especializada em Recursos Constitucionais do MP-GO. A decisão do STJ, do ministro Ribeiro Dantas, acolheu agravo interposto contra decisão do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) que não admitiu o recurso especial contra acórdão que ditou que a produção antecipada de prova pressupõe a concreta demonstração da urgência e necessidade da medida, não sendo motivo hábil a justificá-la o decurso do tempo, assim como a presunção de possível perecimento. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPMG

STJ aplica Súmula Vinculante 56 para afastar prisão domiciliar concedida pelo TJMG

Em sede de agravo em execução interposto pela defesa, entendeu o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) que “nos termos da súmula vinculante 56 do STF [Supremo Tribunal Federal], a ausência de estabelecimento penal adequado ao regime prisional não autoriza a manutenção do condenado em regime mais gravoso, sendo excepcionalmente permitida a prisão domiciliar”. No caso, o agravante cumpria pena privativa de liberdade total de 30 anos, seis meses e um dia de reclusão, tendo-lhe sido concedida a progressão ao regime semiaberto. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPPA

MPPA oferece calculadora de prescrição penal e acordos

O Centro de Apoio Operacional (CAO) Criminal do Ministério Público do Pará passa a oferecer um sistema chamado AppCrim, capaz de calcular a prescrição de casos penais e o cabimento de acordos como a transação penal, a suspensão condicional do processo e o acordo de não persecução penal, que foi inserido na legislação federal no início do ano pela Lei 13.964/2019 (Lei Anticrime). O acesso é gratuito e pode ser feito por membros do MPPA, do Judiciário, da Defensoria Pública, advogados e demais interessados. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPPR

Gaeco denuncia proprietários rurais que subornavam policiais para usar estrutura da PM para proteção pessoal e para encobrir crimes ambientais

Sete proprietários rurais e empresários foram denunciados pelo Ministério Público do Paraná na última sexta-feira, 7 de agosto, por associação criminosa armada e corrupção ativa. A denúncia foi oferecida à Vara Criminal de Assaí, no Norte Pioneiro do estado, pelo núcleo de Londrina do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPPR

Pandemia: MPPR se manifesta contra a saída temporária de presos do sistema prisional de Roraima

O Ministério Público do Estado de Roraima (MPPR) se manifestou contrário aos benefícios de saídas temporárias de presos das unidades prisionais do estado. O parecer foi apresentado à Justiça na quarta-feira, 29 de julho, depois de reunião com órgãos que atuam junto ao sistema prisional para tratar das medidas de enfrentamento à pandemia nos presídios. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPSC

Em precedente inédito, TJRN acata posicionamento do MPRN e rejeita a possibilidade de ANPP em sede de execução pena MPSC doa três carros e mais 180 bens para estruturação de novas Centrais de Penas e Medidas Alternativas

Com a intenção de viabilizar a aplicação e fiscalização de penas e medidas alternativas à prisão, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) entregou três carros Ford/Focus Sedan ano 2012 e 180 bens, entre computadores, impressoras multifuncionais, armários, mesas e outros, à Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP). A doação, realizada nesta quarta-feira (5/8), destina-se à implementação de três novas Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMA) nas Comarcas de Jaraguá do Sul, Lages e Palhoça. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPRS

Ministério Público se reúne com Defensoria Pública para tratar de acordos de não persecução penal

Membros da Administração Superior do Ministério Público reuniram-se, nesta terça-feira, 11 de agosto, com integrantes da Defensoria Pública para tratar da participação de defensores públicos na defesa de investigados durante celebração de acordo de não persecução penal em feitos que tramitam em todo o Estado. Um termo de cooperação técnica sobre o tema está em análise, com perspectivas de ser assinado com brevidade. O encontro ocorreu na sede do MPRS e contou com a presença do subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Marcelo Lemos Dornelles, do coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal e de Segurança Pública, Luciano Vaccaro, e do promotor-assessor da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Rodrigo Brandalise. Por parte da Defensoria Pública, estiveram presentes a subdefensora pública-geral do Estado para Assuntos Institucionais, Rafaela Consalter, e o dirigente do Núcleo de Defesa Criminal, Andrey Régis de Melo. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPSP

Promotor consegue reverter liberação de preso por tráfico de drogas em função da covid-19

A pedido do MPSP, foi expedido mandado de prisão contra um homem que responde por tráfico de entorpecentes e que havia sido liberado da prisão preventiva por juiz que levou em conta a pandemia de covid-19 e possível excesso de prazo, em virtude da suspensão dos trabalhos presenciais. Preso em flagrante com mais de 3 quilos de substâncias ilícitas, Ramon Del Rei Vargas foi beneficiado com liberdade provisória concedida por um juiz que considerou que a custódia cautelar já havia perdurado por longo tempo. Contudo, em medida cautelar apresentada ao Judiciário, o promotor Daniel Magalhães Albuquerque Silva requereu liminar para que Vargas voltasse a ser preso preventivamente, sustentando, entre outros pontos, que "todos os prazos processuais, baseados na própria lei e na duração razoável da demanda, estão sendo respeitados e não há nenhum constrangimento ilegal imposto ao acusado (...)". Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

7. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MT E OUTROS TRIBUNAIS

TJMT

Fonaje: Recursos apreendidos em processos do tráfico devem patrocinar prevenção às drogas

A criação de um fundo com recursos oriundos de bens sequestrados pela Justiça de réus que respondem a processos por tráfico de entorpecentes, com distribuição percentual clara para os três eixos previstos na lei: repressão ao crime, tratamento dos dependentes e prevenção ao ingresso no mundo das drogas, foi a proposta feita pelo desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) durante a 16ª live promovida pelo Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje), na noite de terça-feira (11/08). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Rede de atenção aos egressos do sistema prisional será realidade em Mato Grosso

Mato Grosso está mais perto de implantar a Rede de Atenção aos Egressos do Sistema Prisional (Raesp), que tem por finalidade auxiliar essas pessoas a terem acesso a serviços e políticas públicas, assim como a um trabalho digno. No próximo dia 20, às 15 horas, será realizada a quarta reunião online entre representantes do Poder Judiciário, Executivo, e de organizações da sociedade civil sensíveis ao tema, para acertar os detalhes finais da construção da rede. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Comarca de Lucas do Rio Verde ganha mais uma vara criminal

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso aprovou a criação de mais uma vara criminal para a Comarca de Lucas do Rio Verde. A medida vai garantir mais agilidade na tramitação dos processos, ampliando a eficiência dos serviços prestados à população. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJAC

Homem flagrado vigiando produção de entorpecentes é condenado a 10 anos de reclusão

O Juízo da 4ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco condenou homem a 10 anos de reclusão, em regime inicial fechado, além do pagamento de 600 dias multa. O denunciado foi flagrado vigiando local onde era produzido drogas, cometendo o crime de tráfico de entorpecentes, previsto no artigo 33 da Lei n.º11.343/06. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJCE

TJCE regulamenta sistema que unifica informações sobre execução penal no Estado

Desenvolvido com o objetivo de centralizar e uniformizar a gestão de processos da execução penal, o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) permite a juízes, advogados e partes acompanharem o cumprimento das penas, de forma mais eficiente e confiável. A regulamentação da ferramenta ocorreu por meio da Portaria Conjunta nº 1047/2020, da Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) e Corregedoria-Geral da Justiça no Estado, publicada no Diário da Justiça dessa quarta-feira (05/08). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJDFT

Dia dos Pais: VEP autoriza mutirão de encontros virtuais entre pais e filhos nos presídios do DF

Em decisão liminar, a juíza da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal autorizou a realização de mutirão nas unidades prisionais do DF, para promover encontros virtuais entre pais e filhos, em virtude da celebração do Dia dos Pais, ocorrida no último domingo, 9/8. A ação foi proposta pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJMG

Justiça autoriza pai a plantar maconha para tratamento do filho

O desembargador Henrique Abi-Ackel Torres, da 8ª câmara Criminal do TJ/MG, concedeu autorização ao pai de uma criança para plantar, cultivar, extrair e ter posse óleo de Cannabis sativa para tratamento do filho. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJSP

TJ-SP suspende decisão que obriga estado a fornecer banho quente a presos

O desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco, presidente do TJ-SP, suspendeu temporariamente nesta terça-feira (21/7) uma decisão que condenou o estado a fornecer banhos quentes em todas as unidades prisionais de São Paulo. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJSC

TJ-SC vai julgar, em regime de demanda repetitiva, remição da pena no isolamento

Se distintos órgãos fracionários de um mesmo tribunal decidirem de forma divergente sobre uma questão que é unicamente de Direito, haverá risco ao princípio da isonomia e da segurança jurídica. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJRJ

Justiça do Rio autoriza interrupção de gestação de feto sem chance de vida

A interrupção da gravidez de feto que não tem possibilidade de vida é conduta atípica, e não crime de aborto, pois não há ofensa ao bem jurídico vida. Com base na decisão do Supremo Tribunal Federal que permitiu cessar a gestação de anencéfalos, a 4ª Vara Criminal do Rio de Janeiro autorizou uma grávida a abortar um feto com a síndrome de body stalk. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJMS

3ª Câmara Criminal mantém decisão que indeferiu prisão domiciliar

Por unanimidade, os desembargadores da 3ª Câmara Criminal negaram provimento ao agravo da execução penal interposto por um réu preso contra a decisão de primeiro grau que indeferiu seu pedido de prisão domiciliar para tratamento médico. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

8. INFORMATIVO STF

INFORMATIVO 984

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tema: Cabimento de habeas corpus e liberdade de ir e vir

A Primeira Turma, por maioria, indeferiu a ordem de **habeas corpus** impetrado em favor de vereadora, denunciada pela prática do delito de peculato, em razão de, na qualidade de presidente da Câmara Municipal, ter contratado servidora pública para realização de serviço de faxina, prestado na casa de seu irmão.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#).

INFORMATIVO 985

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tema: “Habeas corpus” e desentranhamento de termo de colaboração de corréu

A Segunda Turma julgou prejudicado agravo regimental em habeas corpus no que atine ao pedido de apresentação das alegações finais pelo paciente após o oferecimento pelos corréus, pois a pretensão foi alcançada na Rcl 33.543. Ademais, por maioria, deu parcial provimento ao recurso a fim de conceder a ordem para determinar o desentranhamento de termo de colaboração de corréu dos autos de ação penal em que figura como acusado o ora paciente.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#).

9. INFORMATIVO STJ

INFORMATIVO 674

DIREITO PENAL

Tema: Crime de estelionato. Regra do § 5º do art. 171 do Código Penal acrescentada pela Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime). Representação. Condição de procedibilidade. Aplicação retroativa a processos em curso. Inviabilidade.

A retroatividade da representação no crime de estelionato não alcança aqueles processos cuja denúncia já foi oferecida.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#).

10. ARTIGOS

A natureza do § 2º-b do artigo 157 do Código Penal - qualificadora ou causa de aumento/majorante do crime de roubo – e a abrangência do termo “arma de fogo de uso restrito ou proibido” do dispositivo, inserido pela Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime).

Estuda-se o § 2º-B do artigo 157 do Código Penal, inserido pela Lei n. 13.964/2019, conhecida como “Pacote Anticrime”, que entrou em vigor em 23 de janeiro de 2020, trouxe diversas inovações e alterações na legislação criminal, com o escopo principal de recrudescer a resposta estatal à crescente criminalidade. Verifica-se a natureza jurídica do aludido dispositivo, de qualificadora ou causa majorante do roubo, à luz de princípios regentes do Direito Penal e Processual Penal. Discorre-se, ainda, sobre as sequenciais alterações legislativas no tocante ao crime de roubo. Por fim, discute-se a abrangência do termo “arma de fogo de uso restrito ou proibido” do citado dispositivo, o qual passou a figurar como crime hediondo na Lei Federal n. 8.072/90 (“Lei dos Crimes Hediondos”). Artigo embasado especialmente na jurisprudência pátria e elaborado para auxiliar os operadores do Direito a capitular e valorar adequadamente o § 2º-B do artigo 157 do Código Penal. Leia o artigo completo clicando [aqui](#).

Autor: Tiago Quintanilha Nogueira

Captação ambiental e seu conceito à luz do Pacote Anticrime

A Lei 13.964/19, mais conhecida como “Pacote Anticrime”, resolveu um incômodo problema que perdurava desde a Lei 9.034/95, primeiro diploma normativo que se dispôs a tratar de organizações criminosas. Entre as ferramentas de enfrentamento a esse tipo de criminalidade se destacava a “captação ambiental”. Ocorre que a lei em questão não regulamentou os meios de obtenção de prova nela indicados, resultando, naturalmente, na sua ineficácia. Leia o artigo completo clicando [aqui](#).

Autor: Francisco Sannini

Ministério Público e câmeras de monitoramento em viaturas e coletes da Polícia Militar: breves considerações para o aprimoramento do sistema de segurança pública

Para o adequado desempenho das suas atribuições constitucionais, o Ministério Público precisa estar atento e em sincronia com as transformações sociais e tecnológicas da sociedade que

representa. Assim, merece atenção a notícia de aquisição, pelo Governo do Estado de São Paulo, de 2.500 câmeras portáteis acopláveis ao uniforme de policiais militares. A medida não é pioneira: já em janeiro de 2017, o Governo do Estado de São Paulo investira R\$ 271.000,00 em câmeras a serem acopladas a viaturas e aos coletes de policiais militares para a filmagem de ocorrências. Leia o artigo completo clicando [aqui](#).

Autor: Lister Caldas Braga Filho

Boletim Informativo CAOCRIM

Equipe Técnica:

Dra. Josane Fátima de Carvalho Guariente – Coordenadora do Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal

Natacha de Souza Ayesh – Assistente Ministerial – Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal

Emanuelle Rezende Rosa Campos – Auxiliar Ministerial - Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal